

Amazônia : Uma Abordagem Geográfica da Dinâmica Populacional Recente

José Antonio Sena do Nascimento

Jorge Kleber Teixeira Silva ¹

O trabalho em questão faz parte de uma linha de pesquisa desenvolvida na Coordenação de Geografia do IBGE sobre a Amazônia legal, que abrange diversos aspectos relacionados à questão sócio-ambiental. Nosso enfoque é o da espacialização dos fatores referentes à dinâmica populacional recente da Região.

Por conta da extrema importância da questão ecológica e particularmente das implicações que o desequilíbrio ambiental pode assumir na Região, entendida não como uma entidade autônoma, mas antes no contexto das relações com o conjunto do espaço nacional, o tema em questão se revela vital, sendo inclusive tema da Campanha da Fraternidade de 2007.

A Amazônia é, ainda, um dos últimos grandes, ricos e pouco habitados espaços do planeta; é uma frente de povoamento e de investimentos nacionais e mundiais. Já há mais de duzentos anos a Amazônia atraía naturalistas europeus fascinados pelas descobertas científicas, sobretudo de plantas e animais - como a expedição do rei da Baviera Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillipp von Martius, citada pelo Harald Sioli (1991), que empreenderam por volta de 1817 e 1820 uma pesquisa de registro, coleta e análise sobre a diversidade da flora e fauna regionais. Atualmente várias outras pesquisas tanto na área das ciências naturais quanto das ciências humanas, são realizadas na Região. A pesquisa que originou o presente trabalho se insere nos levantamentos sistemáticos que o governo brasileiro faz sobre a Amazônia nos aspectos ecológicos, sociais e econômicos; enfocaremos as questões espaciais e demográficas.

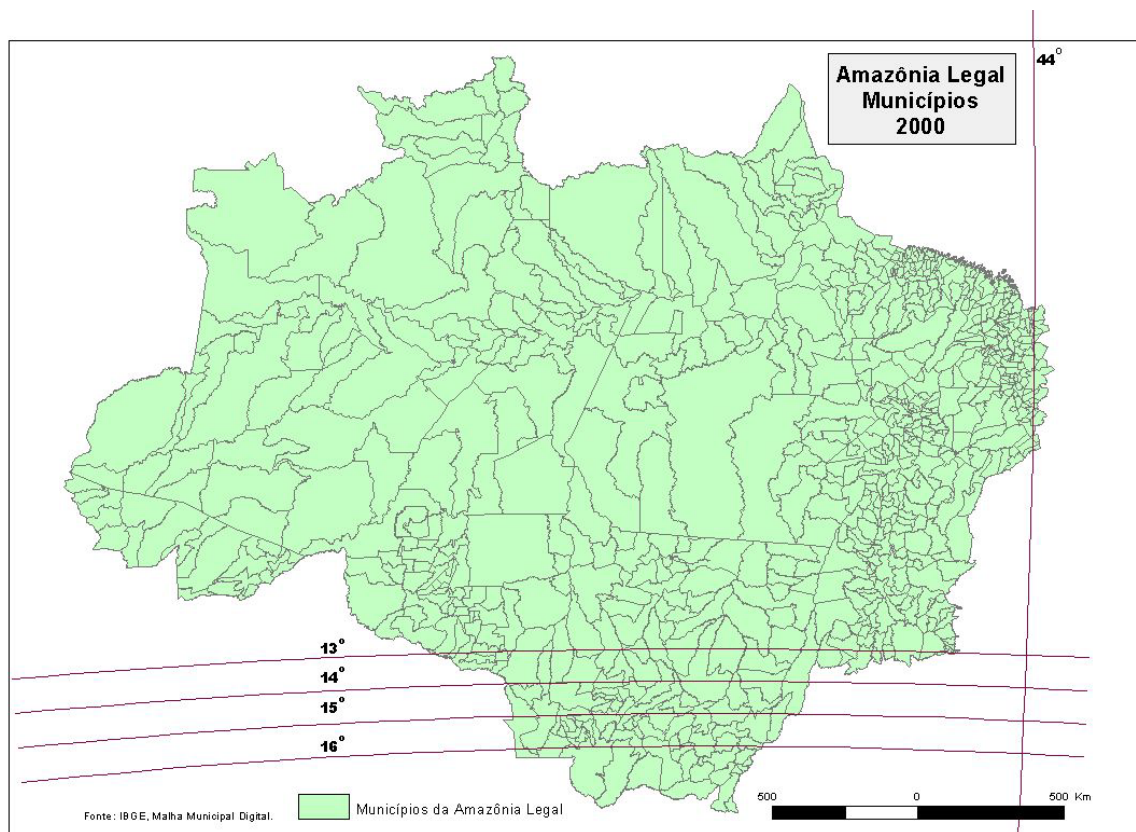
Primeiramente é importante situar a Amazônia no contexto brasileiro e sul americano. Localizada numa vasta região na porção norte do continente sul americano, a Região Amazônica compreende toda a área da bacia do rio Amazonas, a mais extensa bacia hidrográfica do planeta, formada por um emaranhado de 25.000 km de rios navegáveis distribuídos em cerca de 6.900.000 km², dos quais aproximadamente 3.800.000 km² em

¹ Geógrafos da Coordenação de Geografia do IBGE , contatos: jorge.k.teixeira@ibge.gov.br e jsena@ivig.coppe.ufrj.br

território brasileiro. A área da bacia Amazônica abrange cinco países além do Brasil: Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela. A Floresta Amazônica ou Hiléia cobre uma área de 78% da cobertura vegetal do Brasil e 30% das reservas mundiais e se estende por uma área de pelo menos 4 500 000 km², abrigando cerca de 1 500 000 a 2 000 000 de espécies vegetais e animais, das quais foram até agora classificadas no máximo 500 000, o que resume sua grande riqueza e potencial em recursos genéticos conforme estudo da geógrafa Bertha Becker (1991).

O Brasil possui 63,4% da Amazônia sul-americana sendo que a Amazônia brasileira corresponde a mais da metade do território nacional, cuja área oficial que constitui a Amazônia Legal foi estabelecida por legislação federal, no art. 2 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, abrange a região compreendida pelos estados do Acre, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, do estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44° e cinco municípios do atual estado de Goiás. Vide mapa 1.

Mapa 1 – Limites da Amazônia Legal



A construção geopolítica da Amazônia Legal, na década de 1960, visava definir uma área para aplicação de políticas territoriais e econômicas que buscassem incorporar a vastidão (pouco povoada) norte do território brasileiro ao tecido socioeconômico do país, garantindo a soberania sobre tão vasto território. Estes objetivos ficam bastante explícitos na própria lei

que cria a Amazônia Legal. Passados 45 anos, a análise da região é muito mais complexa e diversa do que aquela da década de 1960.

A Amazônia Legal abrange 59% do território nacional, distribuídos por 775 municípios. Ela abriga 12,32% da população brasileira, com 39% deste contingente concentrados em 26 municípios com mais de 100 mil habitantes. Todas as Unidades da Federação da Amazônia Legal, de acordo com o último Censo demográfico (censo 2000), são predominantemente urbanas, com a média regional do grau de urbanização atingindo 68,9%. Dos municípios mais populosos (tabela 3), desempenham função de metrópoles regionais Belém, com estimativa para 2004 de 2.004.306 habitantes em sua região metropolitana e Manaus, com 1.592.555 (Tabela 1). Encontra-se na Amazônia Legal o município brasileiro com maior área territorial: Altamira, no Pará, com 160.755 km². Existem ainda na região 48 municípios maiores do que o estado do Sergipe (21.962 km²). Em contrapartida, mais de duas centenas de municípios possuem área inferior a mil km². Esta fragmentação maior é característica dos estados do Maranhão e Tocantins, do nordeste do Pará e da região central de Rondônia.

Tabela 1 - Amazônia Legal - População Residente, Área Territorial e % de População Urbana - 2000

Unidade da Federação	Área (km ²)	Número de Municípios	População residente (2000) e situação do domicílio			% de População Urbana
			Urbana	Rural	Total	
Rondônia	237.565	52	884.523	495.264	1.379.787	64,1
Acre	152.522	22	370.267	187.259	557.526	66,4
Amazonas	1.570.947	62	2.107.222	705.335	2.812.557	74,9
Roraima	195.646	15	247.016	77.381	324.397	76,1
Pará	1.247.703	143	4.120.693	2.071.614	6.192.307	66,5
Amapá	142.816	16	424.683	52.349	477.032	89,0
Tocantins	277.297	139	859.961	297.137	1.157.098	74,3
Maranhão	283.103	182	2.967.883	190.189	4.869.772	60,9
Mato Grosso	903.385	139	1.987.726	516.627	2.504.353	79,4
Goiás	9.807	5	529.17	13542	664.59	79,6
Total Amazônia Legal	5.020.791	775	14.022.891	6.318.397	20.341.288	68,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Na tabela 2 observa-se que 21,00% da população regional se distribui por 522 municípios com menos de 20 mil habitantes (Tabela 2)

Tabela 2 - Amazônia Legal - Distribuição demográfica por classe de tamanho da população do município - 2004

Unidade da Federação	Até 10 mil	De 10 mil a 20 mil	De 20 mil a 50 mil	De 50 mil a 100 mil	De 100 mil a 300 mil	De 300 mil a 1 milhão	Mais de 1 milhão	Total
Acre	63.191	85.009	111.578	76.301	284.555	0	0	620.634
Amazonas	91.528	305.553	743.864	309.918	105.002	0	1.592.555	3.148.420
Amapá	45.419	51.286	32.919	91.310	0	326.466	0	547.400
Goiás ⁴	9.987	18.228	40.178	0	0	0	0	68.393
Maranhão ⁴	330.695	959.245	1.394.045	836.932	715.922	959.124	0	5.195.963
Mato Grosso	368.305	593.174	496.601	359.901	406.498	524.666	0	2.749.145
Pará	111.575	542.126	2.005.711	1.385.977	949.847	468.463	1.386.482	6.850.181
Rondônia	87.480	325.038	369.901	285.341	113.441	380.884	0	1.562.085
Roraima	43.264	51.227	45.111	0	236.319	0	0	375.921
Tocantins	492.737	174.707	214.481	69.727	310.992	0	0	1.262.644
Total Amazônia Legal	1.644.181	3.105.593	5.454.389	3.415.407	3.122.576	2.659.603	2.979.037	22.380.786

Nota: ⁴ somente relativo aos municípios incluídos na Amazônia Legal

Fonte: IBGE, Estimativa das Populações Municipais, 2004

Tabela 3 - Amazônia Legal - Municípios mais populosos - 2004

Unidade da Federação	Município	População
AM	Manaus	1.592.555
PA	Belém	1.386.482
MA	São Luís	959.124
MT	Cuiabá	524.666
PA	Ananindeua	468.463
RO	Porto Velho	380.884
AP	Macapá	326.466
AC	Rio Branco	284.555
PA	Santarém	272.237
MT	Várzea Grande	242.674
RR	Boa Vista	236.319
MA	Imperatriz	231.950
PA	Marabá	191.508
TO	Palmas	187.639
MT	Rondonópolis	163.824
PA	Castanhal	151.668
MA	Caxias	142.971
PA	Abaetetuba	129.300
MA	São José de Ribamar	126.271
TO	Araguaína	123.353

Fonte: IBGE, Estimativa das Populações Municipais, 2004

Apresentando grande diversidade natural, social, econômica, tecnológica e cultural, a Amazônia Legal constitui uma região em crescente processo de diferenciação que contraria, em muito, a imagem difundida pelo mundo de um espaço homogêneo caracterizado pela presença de uma cobertura florestal que o identifica tanto interna quanto externamente.

Primeiramente abordaremos a questão das migrações. As migrações internas têm sido alvo de análise, não apenas como resultantes de eventuais desequilíbrios econômicos, sociais ou demográficos, mas, principalmente, como elementos da organização espacial de uma sociedade. Sendo assim, um dos objetivos da pesquisa em tela é o de analisar, de maneira geral, as novas tendências na redistribuição espacial dos deslocamentos de população no território nacional para a região da Amazônia Legal, a partir da seleção temporal do período de 1995-2000. Utilizou-se como fonte de resultados o Censo Demográfico 2000 através de uma metodologia que contemplasse os municípios com maior fluxo de população migrante, com total igual ou superior a 5.000 pessoas.

A migração pode ser definida como mobilidade espacial da população. Para o IBGE consideramos os fluxos migratórios utilizando como base o lugar de residência de exatamente cinco anos antes do ano em que a pesquisa foi feita (2000). Também foi feita complementarmente uma análise da população não natural dos municípios da Região. O motivo principal de tratar do processo migratório dos municípios selecionados está ligado ao papel exercido pelas suas sedes municipais que exercem poderoso fator de atração de migrantes, além de servirem de base para a organização do mercado de trabalho. A tabela 4 apresenta os 20 municípios que receberam os maiores totais de migrantes no período compreendido entre 1995 e 2000.

Tabela 4 - Total de migrantes por município no período 1995-2000

	UF	MUNICÍPIO	TOTAL
1º	AM	Manaus	72.349
2º	RR	Boa Vista	34.442
3º	TO	Palmas	30.086
4º	AP	Macapá	28.150
5º	PA	Belém	27.330
6º	RO	Porto Velho	23.818
7º	MT	Cuiabá	23.752
8º	MA	São Luís	17.373
9º	PA	Marabá	12.164
10º	MA	Imperatriz	11.584
11º	TO	Araguaína	10.643
12º	PA	Parauapebas	9.425
13º	MT	Aripuanã	9.280
14º	PA	Ananindeua	9.171
15º	MT	Sinop	8.527
16º	AC	Rio Branco	8.469
17º	MT	Várzea Grande	8.383
18º	MT	Rondonópolis	8.147
19º	PA	Paragominas	6.668
20º	AP	Santana	6.622

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Observa-se que as capitais estaduais se destacam no total de migrantes, especialmente Manaus, com mais de 70.000 indivíduos. Em segundo lugar, aparecem, de forma um tanto surpreendente Boa Vista, capital do Estado de Roraima com 34.442, superando outras capitais bem mais populosas como Belém e Cuiabá, que não atingem o total de 30.000 migrantes. A análise dos dados sobre percentual e origem das pessoas não naturais na Amazônia Legal revela clara diferenciação entre as diversas áreas que compõem essa região, tanto em termos de participação dos não-naturais na população total, quanto à origem dos migrantes. A tabela 5 apresenta os municípios com maiores percentuais de população não natural sobre a população total.

Tabela 5 - Municípios com maiores percentuais de população não natural sobre a população total - Amazônia Legal			
UF		MUNICÍPIO	Percentual de população não natural
MT	1°	Campos de Júlio	78,41
MT	2°	Cotriguaçu	75,50
MT	3°	Nova Monte Verde	72,56
MT	4°	Sorriso	72,21
MT	5°	Sapezal	70,26
MT	6°	Aripuanã	70,25
MT	7°	Vila Rica	69,11
MT	8°	Vera	68,87
MT	9°	Feliz Natal	68,71
MT	10°	Nova Ubiratã	68,29
MT	11°	Nova Bandeirantes	67,72
MT	12°	Cláudia	67,59
MT	13°	Lucas do Rio Verde	67,38
MT	14°	Novo Mundo	67,24
RR	15°	São Luiz	66,79
MT	16°	Nova Lacerda	66,55
RR	17°	São João da Baliza	66,35
MT	18°	Marcelândia	65,56
MT	19°	Apiacás	65,40
MT	20°	Matupá	65,19

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Com relação ao percentual de não naturais, um significativo número de municípios possui mais de 50% da sua população constituída de pessoas provenientes de outra Unidade da Federação ou do exterior. A distribuição espacial desses municípios apresenta um padrão de concentração numa faixa de municípios que estão, em sua maioria, nos eixos das principais estradas.

Assim, existe uma concentração de municípios na área de influência da BR 364 (municípios de Rondônia e noroeste de Mato Grosso), BR-163, nos municípios do norte de Mato Grosso e sudoeste do Pará, além daqueles próximos aos eixos da PA 150 e MT-158 no sudeste do Pará e leste de Mato Grosso, respectivamente. Outra área de predominância dos não-naturais é em Roraima, nos municípios ao longo da eixo da BR-174. Em situação oposta aparecem municípios que possuem menos de 5% da população composta de não-naturais, como grande parte dos municípios do estado do Amazonas, oeste do Acre, região do baixo Amazonas no Pará e litoral do Pará e Maranhão.

Nos aspectos referentes à origem e quantidade de migrantes, o papel dos eixos das estradas também é relevante, aí registrando-se os maiores contingentes de migrantes no período observado (últimos dez anos) concentrados tanto nas capitais quanto ao longo dos eixos viários que constituem corredores de povoamento. A concentração de municípios com

os maiores contingentes de migrantes na Amazônia obedece, de forma geral, ao mesmo padrão de não-naturais, destacando-se duas áreas bem definidas: o eixo sudoeste (Rondônia e Mato Grosso) e a Amazônia oriental (leste do Pará, Tocantins e Maranhão).

Além dessas áreas destacam-se Manaus, como o município de maior concentração numérica de migrantes, Macapá e um grupo de municípios em Roraima, liderado pela capital Boa Vista. A origem dos migrantes mostra a importância da migração intrarregional, principalmente nas capitais estaduais. Dentre os migrantes extrarregionais o grande destaque fica por conta de dois grupos: os nordestinos e os sulistas.

Os nordestinos se concentram, basicamente, nas cidades da Amazônia oriental, nos núcleos ao longo da rodovia PA-140 e Belém-Brasília, além de serem bem representados em todas as capitais estaduais. Os sulistas predominam no estado de Mato Grosso, principalmente nos municípios ao longo do eixo da BR-163, destacando-se, também, em Rondônia, nas cidades ao longo da BR-364.

A participação dos migrantes de outras regiões e do exterior é bastante reduzida, com exceção dos migrantes provenientes do Centro-Oeste em Mato Grosso, Rondônia e Tocantins, além do aparecimento de um contingente reduzido, porém expressivo de estrangeiros em alguns municípios localizados próximos ou no interior da faixa de fronteira, sobretudo em Roraima e Amapá.

Segundo a geógrafa Bertha Becker, (op.cit.) que estuda há mais de 30 anos a questão amazônica, é o trabalho de milhares de migrantes que sustenta a expansão da fronteira, que atualmente se caracteriza por uma fronteira tecno(ecol)ógica que se concretiza pela urbanização como estratégia de ocupação, sendo os núcleos urbanos instrumentos de controle e de mudança social e estabelece uma regionalização em curso na Amazônia.

Já para a geógrafa Machado (1999), que estuda a urbanização da Amazônia a mesma não só enquadra a região firmemente nesse início de século e a diferencia das outras fronteiras de povoamento do século XX. E essa urbanização mostra o grau de complexidade dos processos que atuam sobre a evolução do sistema de povoamento regional. Afirma que não há uma única rede urbana, mas múltiplas redes urbanas locais, provavelmente induzidas pela segmentação do mercado de trabalho regional em bacias de mão-de-obra, que seguem a polarização das atividades produtivas em certos subespaços regionais, como também apontam para a necessidade de distinguir a categoria do “urbano” no passado e no presente de sua história territorial.

O crescimento demográfico urbano, segundo o sociólogo Oliveira (2007), resultado da complexidade e contradições sociais dos processos em curso na Amazônia, combinado com a

consolidação de determinadas áreas e setores de desenvolvimento capitalista na região, amplia de forma significativa o elenco de atores e instituições públicas e sociais. Isso faz com que o autor ressalte a reconstituição do processo evolutivo da integração da região ao desenvolvimento das relações capitalistas dentro da questão contraditória da modernidade de diversificação dos processos sociais em meio à pauperização e exclusão social.

As cidades na Amazônia assumem diferentes significados para os diversos agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano-rural. As estratégias dos agentes revelam redefinições do urbano em meio a um rural em transformação. Identificam assim, contribuições dos representantes do Estado, representantes do setor privado comercial e industrial, migrantes e segmentos de grupos tradicionais, visando montar uma diferenciação de tipos de aglomerados encontrados em inúmeros municípios.

Qualquer que seja a abordagem escolhida não se deve esquecer que os fluxos migratórios não dependem somente de variáveis socioeconômicas (enfoque estruturalista) enfatizando os fatores de expulsão, mas, como explica Bertha Becker (1990), devem-se considerar os fatores histórico-culturais, políticos e geográficos. Neste sentido, existem razões pessoais e individuais que justificam os fluxos migratórios, dentre os quais destacam-se os de informação apoiados em relações pessoais. O migrante é um ator racional que, com o avanço dos meios de comunicação, se insere em fluxos de informação, os quais auxiliam na busca de seus objetivos. Portanto, eles elegem o seu destino e facilitam a sua inserção no mercado de trabalho, formando as chamadas redes sociais.

Por fim, pode-se afirmar que o direcionamento dos fluxos migratórios no país, no período 1995-2000, é resultado indicativo das novas áreas de interesse do capital e as suas necessidades de força de trabalho, provocando uma crescente proletarização e semi-proletarização da população migrante. Porém, conforme aponta Bertha Becker (1990, p.89),

“as relações entre determinações do capital e mobilidade socioespacial, não se fazem diretamente, e sim através de mediações, entre as quais o espaço e as formas específicas de organização do mercado de trabalho regional são reveladoras de situações históricas concretas”.

Outra geógrafa que estuda o fenômeno migratório brasileiro, Olga Maria Becker (1999), afirma que a migração cumpre uma função específica na degradação ambiental, reforçando a pressão da população sobre os recursos e serviços. Constitui também um mecanismo que reflete as transformações em curso no mercado de trabalho, isto é, as mudanças nas relações de produção. Essa degradação se manifesta principalmente pelos desmatamentos que trarão conseqüências como uma inevitável redução da reciclagem regional da água pluvial, que acarretará uma modificação no clima.

Um outro ponto que deve ser abordado em uma análise geográfica da demografia da Região Amazônica refere-se à espacialização do crescimento populacional, identificando as áreas de maior crescimento nos últimos anos. De acordo com a publicação do IBGE *Tendências Demográficas: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000*, considerando os padrões do crescimento da população brasileira no período compreendido entre 1950 e 2000, quando a mesma passou de 51,9 milhões para 169,8 milhões de pessoas, com a taxa média geométrica de crescimento anual diminuindo de 2,99% para 1,64 % pode-se afirmar que a Região apresentou crescimento superior à média nacional, possuindo um conjunto significativo de municípios com crescimento de mais de 3,0% ao ano no período de 1991/2000. Em termos de área, esses municípios se concentram, basicamente numa mancha que engloba os localidades situadas no norte de Mato Grosso (eixo da BR 163), sudeste do Pará (margens do Rio Xingu) assim como sudeste do Amazonas e grande parte dos municípios de Rondônia que correspondem, conceitualmente ao Arco do Desflorestamento ou Desmatamento, citado por muitos autores como uma área caracterizada por crescimento populacional acelerado, altas taxas de desmatamento da floresta nativa, presença de queimadas (focos de calor, segundo os levantamentos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE). Além dessa área, outras áreas de crescimento acelerado na Amazônia Legal correspondem a quase totalidade dos municípios de Roraima no eixo da Rodovia Br 174 e alguns municípios do Amapá. No leste do Pará e estado do Amapá, o grande crescimento populacional provavelmente está relacionado à chegada de migrantes nordestinos.

A preocupação com a questão ambiental não significa estancar o desenvolvimento regional mas pensá-lo em outros termos. Desta forma, a análise detalhada da dinâmica populacional da Região levando em conta os aspectos do crescimento populacional, correntes migratórias, urbanização e inserção e acesso ao mercado de trabalho devem ser efetuadas e utilizadas como subsídio ao planejamento regional. As estratégias visando alcançar o desenvolvimento equilibrado deverão, portanto, buscar o aproveitamento das potencialidades naturais da Amazônia como forma de implementar um desenvolvimento auto-sustentável sofisticado, mediante o aproveitamento de recursos naturais com tecnologias avançadas que permita a obtenção de produtos certificados e com a participação da sociedade civil organizada na gestão dos processos de transformação da sociedade local.

Bibliografia

- BECKER, Bertha K. **Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégia, trajetória, conflitos e alternativas**. In: BECKER, Bertha K. et al. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília:UNB; Rio de Janeiro:UFRJ, 1990, pp. 89-109.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 2ª edição. São Paulo. Editora Ática, 1991.
- BECKER, Olga M. S. **Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos**. In: CASTRO, Iná E. et al. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 1997.
- IBGE, Censo Demográfico 2000 : **Migração e deslocamento – resultados da amostra**. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.
- IBGE. **Tendências Demográficas: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro. IBGE, 2004.
- MACHADO, Lia Osório. **Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira**. In: *Cadernos IPPUR*. Vol. XII nº 1, jan./jul. Rio de Janeiro: UFRJ-IPPUR, 1999.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto Macrozoneamento da Amazônia Legal: mapas temáticos selecionados - texto explicativo**. Brasília, 2006.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto. **Dinâmica Populacional e Social na Região Amazônica**. (<http://www.fundaj.gov.br/docs/iesam/L-A-OLIVEIRA.html> acesso em fevereiro de 2007)
- SIOLI, Harald. **Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais**. 3ª edição. Petrópolis. Vozes, 1991.